

## O Direito e as Relações entre o Económico e o social — Notícia de um Congresso

Em 8 e 9 de Novembro de 1990, realizou-se em Coimbra, no âmbito das comemorações dos 700 anos da sua Universidade, o 7º Colóquio da *Association Internationale de Droit Economique* (AIDE), organizado com a colaboração da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos Sociais, cujo tema global foi "O direito e as relações entre o económico e o social".

Na sessão de abertura destacaram-se as palavras introdutórias proferidas por Gérard Farjat (Universidade de Nice — Sophia Antipolis), presidente da AIDE. Os trabalhos do congresso, propriamente ditos, iniciaram-se com dois relatórios gerais, um apresentado por Laszlo Nagy (Universidade de Szeged), outro, por Elie Alfandari (Universidade de Paris — Dauphine), que situou assim a problemática que ia ser discutida: "O "económico" e o "social" são difíceis de definir, e mesmo de diferenciar. Convenhamos, contudo, que podem abranger campos diferentes, ter finalidades diferentes, e até dizer respeito a categorias de pessoas diferentes. Podem surgir conflitos, e uma das funções do direito seria a de, primeiro de tudo, ter em conta estas diferenças (ordem pública económica e ordem pública social, técnicas de eficácia social e técnicas de eficácia económica...), e depois tentar coordenar e até harmonizar os dois. Acontece, porém, que o direito pode servir a "camuflagens", quando reveste medidas, cuja finalidade é económica, de um carácter social ou inversamente (efeitos requintados e não efeitos perversos)."

A sessão da tarde ocupou-se da Economia Social. Presidiu Bernard Remiche (Universidade Católica de Lovaina) e apresentou o relatório de introdução Bernard Grelon (Universidade Paris — Dauphine). As comunicações versaram sobre diversos aspectos da economia social. Ian

Snaith (Universidade de Leicester) falou acerca de "O mutualismo"; Philippe Adair (Universidade de Paris XIII), sobre "A empresa intermediária"; Rui Namorado (Universidade de Coimbra) analisou "O social e o económico nas cooperativas"; Xavier de Beys (Ligue des Familles de Bruxelles), "As associações com actividade económica". Diversos participantes intervieram num debate vivo. Ficaram patentes a heterogeneidade e a problematicidade da economia social, bem como as virtualidades da sua evolução.

No dia 9, de manhã, a sessão presidida por Orlando de Carvalho (Universidade de Coimbra) teve como tema global, "A empresa, o económico e o social". Umberto Romagnoli (Universidade de Bolonha) apresentou o relatório de introdução, destacando a projecção crescente da empresa no direito do trabalho: "É exactamente porque o sistema produtivo conheceu um desenvolvimento tão imprevisto quanto tumultuoso, graças igualmente às novas tecnologias, que a empresa se tornou no baricentro do direito do trabalho. A sua centralidade é tal que a única técnica que pode permitir ao direito do trabalho exercer a função reformadora que lhe é própria é manter-se no seu seio, mais do que outrora e, apesar de o fazer de um modo diferente, com o fim de recuperar um espaço social num ambiente estruturalmente hostil". Wolfgang Däubler (Universidade de Bremen) percorreu os "Poderes económicos dos assalariados"; Jorge Leite (Universidade de Coimbra) avaliou "A participação dos assalariados"; Eric Balate (Universidade Católica de Lovaina) pronunciou-se sobre "Direito da concorrência e efeitos sociais"; Carlos Palomeque Lopez (Universidade de Salamanca) mostrou "A empresa como lugar de prestações sociais". A discussão a partir das comunicações apresentadas foi animada, tornando-se nítida a conflitualidade complexa que atravessa a problemática empresarial, bem como a sua repercussão no cerne da respectiva expressão jurídica.

Na primeira sessão da tarde, estiveram em debate "Os poderes públicos, o económico e o social", sob a presidência de Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra). O relatório de introdução coube a Vitor Constâncio (Universidade Técnica de Lisboa) que, distanciando-se do economicismo apressado que pretende julgar sumariamente a intervenção do Estado na economia, lembrou que: "Os economistas têm muitas vezes uma visão redutora da realidade; e um certo tipo de pensamento económico ortodoxo, neoclássico, partindo de um conceito de racionalidade individual baseado na maximização do interesse próprio sujeito a restrições, e num conceito de valor social ou de racionalidade colectiva ligado à maximização das utilidades individuais, tem muitas vezes uma visão redutora da intervenção do Estado". Fizeram comunicações: Jean-Marc Dutrénit (Universidade de Lille), "A inserção e os seus efeitos económicos"; Maria Manuel Leitão Marques e Casimiro Ferreira (Universidade de Coimbra), "A concertação económica e social"; Gilles Martin (Universidade de Nice - Sophia Antipolis), "A privatização do social". No debate vieram à superfície, com especial força, questões da actualidade na concertação social, bem como o carácter estratégico da problemática desta sessão.

Fechando o congresso e abrindo os temas nele tratados a um relevante aspecto do seu futuro, dois deputados portugueses do Parlamento Europeu, Fernando Luís Marinho (Grupo Socialista) e José Barros Moura (Grupo Comunista), equacionaram o problema que lhes foi proposto: "E a Europa? (Do económico ao social)".

O encerramento solene dos trabalhos contou com a presença do Ministro do Emprego e Segurança Social do Governo português e do Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra que proferiram breves alocações. Boaventura de Sousa Santos, Director do Centro de Estudos Sociais, fez o balanço do congresso, enunciando questões e problemas nele evidenciados que subsistem como desafios. Deu especial relevo, como proposta para se compreender o mundo de hoje, à divisão do sistema mundial "em três grandes centros e suas periferias, o centro norte-americano, o centro japonês e o centro europeu". Quanto a este refeiú a tentativa de resistir ao "seu eventual declínio", identificando-o como "um modelo que aceita um compromisso precário,

tenso, contraditório, mas sempre dinâmico, entre o económico e o social, regulado pelo direito, com uma forte participação do Estado".

A presença de universitários de diversos países, entre os autores de comunicações, bem como a de centenas de participantes, entre os quais bastantes estrangeiros; a qualidade das intervenções e a vivacidade dos debates; a escolha dos temas abordados, no âmbito da problemática global estruturante do colóquio — tornaram-no um êxito inequívoco que importa assinalar. ■

Rui Namorado

### Seminário "Women's Studies and the Social Position of Women in Eastern and Western Europe"

Decorreu em Haia, de 21 a 27 de Novembro passado, o Seminário "Women's Studies and the Social Position of Women in Eastern and Western Europe", organizado pela European Network Women's Studies (ENWS).

A ENWS tomou a iniciativa de, pela primeira vez, organizar um encontro entre mulheres de quase todos os países europeus (apenas faltaram a Espanha e a ex-Alemanha Federal). Participaram 45 professoras universitárias, investigadoras e administradoras de instituições ligadas às políticas para a igualdade de oportunidades entre os sexos. A organização propunha-se fundamentalmente proporcionar um espaço de interconhecimento que pudesse superar a falta de informação, ou o excesso de desinformação, que tanto ajudou ao grande desconhecimento que cada lado da Europa tem sobre o outro.

Assim, para além de algumas temáticas mais específicas ("mulheres e tecnologias" e "mulheres e trabalho"), as atenções centraram-se nos grupos de trabalho dedicados à discussão do desenvolvimento dos "Women's Studies" nos vários países e à situação das mulheres nas sociedades da Europa de Leste. Foi, pois, com toda a naturalidade que a situação das mulheres dos países da Europa de Leste ocupou o lugar central das trocas de informação e de ideias, quer o espaço de interacção fosse o dos grupos de trabalho, quer fosse o do convívio informal.